

**Declaração de substituição das certificações (autocertificação) Mod. MI-IMM-AUT-01**

Nos termos do D.P.R. n. 445 de 28.12.2000 A \_\_\_\_\_

Eu, abaixo assinado (apelido e apelido) \_\_\_\_\_

nascido \_\_\_\_\_ Prov. \_\_\_\_\_ State \_\_\_\_\_

o \_\_\_\_\_ residente/domiciliado em \_\_\_\_\_ Prov. \_\_\_\_\_

em Via/Piazza \_\_\_\_\_ n. \_\_\_\_\_

**conscientes das sanções penais em caso de falsas declarações e da consequente perda de quaisquer benefícios obtidos (nos termos dos artigos 75.º e 76.º do Decreto Presidencial 445/2000) sob a sua própria responsabilidade**

**ESTADOS**

ter nascido em \_\_\_\_\_ o \_\_\_\_\_ Prov. \_\_\_\_\_

ser residente no Município de \_\_\_\_\_

Rua/Piazza \_\_\_\_\_ n. \_\_\_\_\_

que o estatuto familiar é composto, além de mim, pelas seguintes pessoas:

APELIDO E NOME PRÓPRIO	DATA DE NASCIMENTO	LOCAL DE NASCIMENTO	RELATÓRIO DE KINSHIP

ser cidadão italiano

ser cidadão \_\_\_\_\_

gozar de direitos civis e políticos

Ser:   Donzela solteira  do Estado livre

ser casado com \_\_\_\_\_

ser viúvo ou viúva de \_\_\_\_\_

você está divorciado de \_\_\_\_\_

Estar ainda vivo

que meu filho chamado \_\_\_\_\_ nasceu em \_\_\_\_\_

em \_\_\_\_\_ Prov. \_\_\_\_\_

State \_\_\_\_\_

que faleceu na data \_\_\_\_\_ (apelido, nome próprio e parentesco)

\_\_\_\_\_ at \_\_\_\_\_

estar inscrito no seguinte Registo ou lista mantida pela administração pública

\_\_\_\_\_

Pertencer à Ordem Profissional de \_\_\_\_\_

possuir os seguintes qualificação \_\_\_\_\_

Emitido pelo \_\_\_\_\_ escolar/universitário de \_\_\_\_\_

ter realizado os seguintes exames \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ na escola/universidade \_\_\_\_\_

possuir as seguintes qualificações profissionais, especialização, qualificação, formação, atualização e qualificação técnica \_\_\_\_\_

que os seus rendimentos ou situação económica, incluindo para efeitos de concessão de prestações de qualquer natureza previstas

Para leis especiais, para o ano \_\_\_\_\_ é como follows \_\_\_\_\_

ter cumprido as obrigações de contribuição específica num montante pago de \_\_\_\_\_

o seu código fiscal \_\_\_\_\_

o seu número de IVA ou quaisquer dados no arquivo do registo fiscal \_\_\_\_\_

Está atualmente desempregado  , está reformado com uma pensão de categoria \_\_\_\_\_

ser estudante na escola/universidade \_\_\_\_\_

ser representante legal de pessoas singulares ou coletivas, tutor, curador e \_\_\_\_\_ similares

estar inscrito em associações ou formações sociais de qualquer natureza \_\_\_\_\_

encontrar-me, para fins militares, na posição de \_\_\_\_\_

(*aguardando convocação, dispensado para o fim do prazo, reformado, dispensado, isento, diferido por di \_\_\_\_\_ motivos, de ter servido como substituto civil como objetor de consciência*)

que não tenho conhecimento de qualquer processo penal contra mim

que tem processos penais pendentes em \_\_\_\_\_ por

não ter sido condenado por quaisquer infrações penais, nem mesmo em resultado de sentenças de delação premiada e condenações penais

ter comunicado as seguintes condenações (indicar também as que não são definitivas, e para cada uma delas se são definitivas ou não):

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

ao passo que nos registos de registo civil do município de \_\_\_\_\_ consta que

que não se encontram em estado de liquidação ou falência e que não requereram uma concordata com os credores

O abaixo assinado declara ainda ser informado, nos termos do Decreto Legislativo n.º 196/2003 (Código relativo à proteção de dados pessoais) e do Regulamento (UE) n.º 679/2016, de que os dados pessoais recolhidos serão tratados, incluindo com ferramentas informáticas, exclusivamente no âmbito do procedimento para o qual é feita a presente declaração.

Data

Assinatura legível do declarante

Esta declaração não exige a autenticação da assinatura e substitui, para todos os efeitos, as certificações normais exigidas ou destinadas a uma administração pública, bem como aos gestores de serviços públicos e particulares que a permitam.

**Em caso de falsas declarações, o declarante também será punido por infrações penais.**

**Excerto do D.P.R. n. 445/2000: Art. 38 Procedimentos de envio e assinatura de candidaturas** – [...] 3. Os pedidos e declarações que substituam as declarações sob juramento a apresentar aos organismos da administração pública ou aos gestores ou operadores de serviços públicos **devem ser assinados pelo interessado na presença do trabalhador responsável ou assinados e apresentados juntamente com uma fotocópia não autenticada de um documento de identidade do signatário.** Deve ser colocada no processo uma fotostata cópia do documento. Uma cópia do pedido assinada pelo interessado e uma cópia do documento de identidade podem ser enviadas eletronicamente; [...] **Art. 47º Declarações em substituição da declaração sob juramento** - 1. Uma declaração sob juramento relativa ao estatuto, às qualidades pessoais ou aos factos de que o interessado tenha diretamente conhecimento é substituída por uma declaração feita e assinada pelo interessado nos termos do artigo 38.o 2. A declaração feita no interesse próprio do declarante pode igualmente dizer respeito ao Estado, às qualidades pessoais e aos factos relativos a outras pessoas de que tenha conhecimento direto. 3. Sem prejuízo das exceções expressamente previstas na lei, nas relações com a administração pública e com as concessionárias de serviços públicos, todos os Estados, qualidades pessoais e factos não expressamente indicados no artigo 46.º são provados pelo interessado através de declaração sob juramento. 4. A menos que a lei preveja expressamente que a comunicação à Autoridade de Polícia Judiciária é condição necessária para ativar o

**Tradução não oficial de cortesia - Somente a versão italiana se aplica**

procedimento administrativo de emissão de segunda via de documentos de identificação ou, em qualquer caso, que certifique a situação pessoal e as qualidades do interessado, a perda dos próprios documentos é comprovada pela pessoa que solicita uma segunda via através de uma declaração substitutiva. **Art. 75 Caducidade de benefícios** – 1. Sem prejuízo do disposto no artigo 76.o, se o controlo referido no artigo 71.o revelar a inveracidade do conteúdo da declaração, o declarante perde os benefícios resultantes da medida emitida com base na declaração inverídica. 1-bis. A falsa declaração implica ainda a revogação de quaisquer prestações já pagas, bem como a proibição de acesso a contribuições, empréstimos e facilidades por um período de 2 anos a contar do momento em que a administração adotou a escritura de caducidade. No entanto, as intervenções, incluindo económicas, a favor dos menores e em situações familiares e sociais particularmente difíceis continuam a ser firmes.

**Art. 76 Disposições Penais** - 1. Quem prestar falsas declarações, formar documentos falsos ou deles fizer uso nos casos previstos nesta lei consolidada será punido nos termos do Código Penal e das leis especiais sobre o assunto. ((A pena normalmente prevista no Código Penal é aumentada de um terço para metade. 2. A produção de um documento que contenha dados que já não correspondam à verdade equivale à utilização de um documento falso. 3. As declarações sob juramento prestadas nos termos dos artigos 46.o e 47.o e as declarações feitas em nome das pessoas referidas no n.o 2 do artigo 4.o são consideradas como tendo sido feitas a um funcionário público.